

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

Aos 16 dias do mês de abril de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 73/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre cooperação no domínio da indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013". (PSD);

- Relatório do Governo "Portugal na União Europeia 2013", Parecer pedido pela Comissão de Assuntos Europeus (até dia 30 de abril de 2014) - (CDS/PP);

- Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2014 - seleção de iniciativas europeias para escrutínio (até dia 30 de abril de 2014).

3. Aprovação de parecer:

- Proposta de Resolução nº 72/XII/3ª - "Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991".

Deputada Relatora: Carina Oliveira (PSD).

4. Apreciação do Relatório da ida a Moçambique da delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

5. Aprovação das Atas nº 126, 127, 128 e 129, respetivamente de 29 de janeiro, de 4, 11 e 19 de fevereiro de 2014.

6. Outros assuntos.

---

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião, começando por informar que a receção ao Governador do Estado do México foi cancelada por impossibilidade do próprio. Disse ainda que a delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique estará em Portugal e reunirá com a Comissão, entre os dias 30 de abril e



## **COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

### **ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL**

7 de maio. Informou que foi recebido pedido de reunião da Comissão com delegação do Parlamento da Geórgia, que vem a Portugal, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Geórgia, no próximo dia 30 de abril, e pedido de audiência com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus da Eslováquia, Sr. Miroslav Lajčák, que estará no nosso país nos dias 5 e 6 de junho. Sugeriu que se confirmasse a disponibilidade para ambas as reuniões, informando-se posteriormente quanto aos membros que nelas participarão. Quanto às datas de audições com membros do Governo, informou que foi agendada para o próximo dia 6 de maio o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, e para dia 27 de maio o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete.

O Sr. Presidente prosseguiu, informando que, na sequência da deliberação tomada na última Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, foi recebida para apreciação pela Comissão, proposta de constituição do GPA Portugal Bélgica apresentada pelo Sr. Deputado João Rebelo e subscrita por vários Deputados dos grupos parlamentares do PSD, PS e CDS-PP. Existe grupo parlamentar homólogo e já foi manifestado interesse pelo Parlamento Federal da Bélgica. Referiu que existem vários Grupos Parlamentares de Amizade que, em seu entender, não se justificam e que, nalguns casos, não têm praticamente atividade e, por outro lado, não foram criados outros cuja constituição se justificaria bastante mais. A concluir, sugeriu que a Comissão se pronuncie favoravelmente e ainda que, quando for analisada em Conferência de Líderes, se pondere igualmente a criação dos GPAs com Irlanda e Grécia.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que a continuar a criar GPAs, se corria o risco de eventualmente não haver mais Deputados que os possam integrar. Manifestou a sua concordância com a constituição do GPA Portugal-Bélgica mas entende que toda esta matéria deve ser repensada. Referiu ainda a situação do GPA Portugal-Tunísia, em que não existe grupo homólogo, mas que tem existido uma profícua atividade, pelo que considera que deveria proceder-se a uma reflexão global sobre esta temática.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) secundou o que foi dito e aduziu ainda que deverá ser tomado em consideração o facto de estarmos a um ano do final da legislatura, dificilmente se justificando a criação de novos GPAs, pelo que deverá fazer-se uma reflexão e estabelecer prioridades.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) concordou com as intervenções anteriores e disse que alguns GPAs resultam da especial ligação que um ou mais Deputados têm a um determinado país, pelo que considera que deverá haver uma reflexão mais aprofundada quanto à composição e constituição e um pensamento estratégico quanto aos GPAs a constituir. Considerou ainda que, provavelmente, em geral, seria suficiente um representante por cada grupo parlamentar, exceto no caso de GPAs com países com os quais existe uma particular ligação e interesse geoestratégico.

O Sr. Presidente destacou o facto de a Comissão passar a ter uma voz ativa neste processo e concordou com o que foi referido, que há países com os quais Portugal tem um relacionamento particular, quer por laços históricos, quer por proximidade, quer ainda por motivos económicos e que deverão ser tidos em consideração em sede de reflexão sobre os GPAs.

#### 2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 73/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre cooperação no domínio da indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013". (PSD);

Cabendo a iniciativa ao grupo parlamentar do PSD, foi indicada a Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas.

- Relatório do Governo "Portugal na União Europeia 2013", Parecer pedido pela Comissão de Assuntos Europeus (até dia 30 de abril de 2014)

Cabendo a iniciativa ao CDS-PP foi indicado o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

- Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2014 - seleção de iniciativas europeias para escrutínio (até dia 30 de abril de 2014).

O Sr. Presidente informou que o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2014 já

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

foi distribuído e que se aguardava indicação de iniciativas a escrutinar no quadro de competências da Comissão. Referiu que aos serviços apenas pareceu elegível a proposta não legislativa, na área do desenvolvimento e ambiente, de Acompanhamento na perspetiva do quadro de desenvolvimento pós 2015. Poderá ainda ser mencionado o interesse da Comissão em acompanhar as iniciativas relativas à Ucrânia e ao Acordo comercial com os EUA.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) sugeriu ainda a indicação de uma iniciativa legislativa, Adesão da UE à CEDH – disposições internas.

O Sr. Presidente sugeriu que esta questão fosse analisada também na próxima reunião e, caso não houvesse mais propostas, dar-se-á conhecimento das já referidas à CAE, dentro do prazo proposto.

#### 3. Aprovação de parecer:

- Proposta de Resolução nº 72/XII/3ª - "Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991".

Por impossibilidade da Sr.ª Deputada Carina Oliveira (PSD), autora do Parecer, estar presente, foi deliberado adiar a sua apreciação para a próxima reunião.

#### 4. Apreciação do Relatório da ida a Moçambique da delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

O Sr. Presidente apresentou o relatório e disse que esta visita foi muito importante, não pelos resultados mas porque permitiu a criação de laços pessoais e o conhecimento da situação moçambicana. A delegação teve oportunidade de estar com representantes das várias bancadas, com o Presidente da CNE e com representantes da comunidade portuguesa. Moçambique representa um interesse estratégico para Portugal. É um país em que os recursos humanos são escassos, pelo que as empresas têm de investir na qualificação dos seus recursos. Embora tenha importantes recursos naturais, dificilmente estarão disponíveis a curto prazo. É um país onde ainda existem ressentimentos da guerra colonial. Os portugueses são poucos mas têm grande visibilidade e são os maiores criadores de emprego.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

Prosseguiu referindo que o programa, na sua primeira versão, era protocolar e burocrático, mas na segunda versão, com o apoio da Embaixada, foi muito valorizado, em particular com as reuniões com entidades políticas, eleitorais e sociais.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por referir que se revia nas palavras do Sr. Presidente. O programa foi extenso e pesado porque se concentrou nesse período um conjunto de contactos muito amplo, o que deu uma perspetiva muito completa da realidade política e institucional do país, com sinais evidentes de grande vitalidade a curto prazo. Há sinais de aparecimento de uma classe média que é fundamental para a maturação do país. O facto de a comunidade portuguesa ser muito bem aceite é muito importante, referiu. Sente-se um grande espírito de relacionamento com Portugal e muita satisfação com os contactos da delegação que foi muito bem recebida em todo o lado. Referiu ainda duas notas: o extraordinário apoio dado pela Embaixada portuguesa em Moçambique e o facto de a delegação ter contactado apenas com representantes de grandes empresas e que por isso, não sentem as dificuldades que sentem os pequenos empresários. Concluiu referindo que a visita foi oportuna e concretizados os objetivos propostos.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que não tinha muito mais a acrescentar ao que já tinha sido dito. O programa era extenso e por vezes não permitia o aprofundamento das matérias. Sublinhou também o papel da Embaixada de Portugal em Maputo. Todos os objetivos foram atingidos: troca de experiências, reforço de laços de cooperação e conhecimento da realidade da comunidade portuguesa. Referiu o facto de a delegação ter visitado dois projetos apoiados pela cooperação portuguesa e ter tido a oportunidade de contactar com um representante da Catalunha na área da cooperação e o impacto desta última ser fortíssimo e a diferença relativamente à nossa cooperação ser embaraçoso. A concluir, disse que concordava com o Relatório e destacou o papel dos serviços da Assembleia da República neste particular e em geral.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) começou por referir que esta visita reveste-se de particular importância para os dois países e que era fundamental assegurar sequência. Referiu igualmente o facto de o programa ser extenso mas ter decorrido de forma

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

bastante positiva, o que permitiu um conhecimento da situação de Moçambique e da importância estratégica que representa para Portugal. A ação do governo português é fundamental para fazer o esforço de aproximação por causa dos interesses estratégicos que temos em Moçambique. Há um trabalho muito importante no domínio da cooperação que deve ser feito a nível dos parlamentos e a nível empresarial, dos partidos políticos e também da sociedade em geral. Mencionou os serviços consulares e destacou a sua importância para Portugal. Concluiu sublinhando a importância da cooperação entre Portugal e Moçambique a todos os níveis e deixou uma palavra final de reconhecimento aos serviços pelo trabalho realizado.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse, na sequência da intervenção do Sr. Deputado António Rodrigues, que poderia ter interesse a Comissão se informar das dificuldades sentidas pelas pequenas empresas de forma a poder analisar a questão em conjunto com a delegação da Assembleia da República de Moçambique. Referiu ainda que leu o Relatório e verificou que a delegação visitou projetos apoiados pela cooperação portuguesa na área da solidariedade. Em seu entender, a melhor forma de se estabelecerem boas relações com os países de língua portuguesa passa por outras duas áreas igualmente: educação e saúde.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que não há projetos nessas áreas. Teve o cuidado de perguntar e a resposta que obteve é que não há cooperação na área da saúde materno infantil.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) disse que tem informação que existe cooperação a nível de ONGs em matéria de saúde materno-infantil. É uma matéria que merece toda a atenção e que poderá ser abordada quer com a delegação moçambicana, quer na audição do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira.

5. Aprovação das Atas nº 126, 127, 128 e 129, respetivamente de 29 de janeiro, de 4, 11 e 19 de fevereiro de 2014.

As atas foram aprovadas por unanimidade.



## **COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

### **ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL**

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 abril 2014.

**O PRESIDENTE**

**(SÉRGIO SOUSA PINTO)**



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 136/XII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
Filipe Lobo D' Ávila  
Helena Pinto  
Maria de Belém Roseira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Paulo Pisco  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
António Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte  
Laurentino Dias  
Mário Magalhães  
Nuno Magalhães  
Pedro Silva Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira  
Carla Cruz  
Carlos Alberto Gonçalves  
Jorge Rodrigues Pereira